



PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 253
Ata

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1004.0389/2020-PMI

TOMADA DE PREÇOS

Nº 002/2020-CPL/PMI

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GARAGEM MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL, através do Convênio nº 327/PCN/2018 (Siconv nº 865265), celebrado entre esse Município e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte, conforme especificações constantes do Projeto Básico/Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico- Financeiro e Projetos de Engenharia

DATA DA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: 02/09/2020 09:00 horas



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 254
Assinatura

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1004.0389/2020-PMI

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020-CPL/PMI

TERMO DE RETIRADA DE EDITAL

Visando a eventual necessidade de comunicação direta entre esta Prefeitura Municipal de Itaubal – Comissão Permanente de Licitações – CPL/PMI e as empresas interessadas em participar da presente licitação, solicitamos preencher e enviar os dados do Termo de Recebimento de Edital para o e-mail: cplitaubaldopiririm@yahoo.com

O não envio dos dados eximirá a Administração de responsabilidade de comunicação direta de eventos relacionados ao procedimento licitatório, ressalvada a obrigatoriedade, pela legislação de referência, de sua publicação na Imprensa Oficial e/ou em jornal de grande circulação.

NOME EMPRESARIAL	
CNPJ (MF) Nº	
ENDEREÇO COMPLETO	
TELEFONE/	
CIDADE/ESTADO	
E-MAIL	

Recebemos da Prefeitura Municipal de Itaubal – Comissão Permanente de Licitações – CPL/PMI, nesta data, cópia do Edital da Licitação acima identificada.

_____ de _____ de 2020.

Assinatura e carimbo



PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 255
Assinatura

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020 - CPL/PMI.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL**, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº 091/2020-GAB/PMI, torna público aos interessados que fará realizar licitação na **Modalidade Tomada de Preços**, tipo **Menor Preço Global**, sujeitando-se a Forma de Execução Indireta, pelo Regime de **Empreitada por Preço Global**, de acordo com o art. 45, § 1º, inciso I, combinado com o art. 10, inciso II, alínea "a" da Lei nº. 8.666/93, observadas as normas estabelecidas no presente **Edital** e em seus anexos, aplicando-lhe os ditames da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais normas complementares. A presente licitação será regida pelas disposições da lei 8.666/93 suas alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 147/2014, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Decreto nº 9.412/2018 e demais disposições legais pertinentes e aplicáveis à espécie. O edital e seus anexos estão disponíveis no site: <http://itaubal.ap.gov.br>. A sessão será conduzida pela Comissão de Licitação, designada nos autos do processo em epígrafe

I - DA ABERTURA

No dia, hora e local abaixo indicado se fará a abertura do certame:

Data: 02 de setembro de 2020.

Horário: 09h00min

Local: na Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itaubal com sede a Av. Laurita Almeida Barbosa

Editais disponíveis: O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Itaubal - Comissão Permanente de Licitação - CPL/PMI, através do Portal da Transparência: www.itaubal.ap.gov.br ou pelo email: cplitaubaldopiririm@yahoo.com.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e alterações.

1.1 - Não havendo expediente na data marcada, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

II - DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GARAGEM MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL**, através do Convênio nº 327/PCN/2018 (Siconv nº 865265), celebrado entre o Município de Itaubal e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha



PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 256
RESOLUÇÃO

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Norte, conforme especificações constantes do Projeto Básico/Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico- Financeiro e Projetos de Engenharia que, embora não transcritos, passam a ser partes integrantes deste Edital.

O valor máximo total a ser pago pelo objeto desta licitação é de R\$ **252.500,00** (DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta **Tomada de Preços** às empresas que:

3.1.1. Atendam as condições deste **Edital** e seus anexos, e que apresentem os documentos nele exigidos;

3.1.2. Não estejam sob dissolução e/ou liquidação;

3.1.3. Não sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que seja sua forma de constituição;

3.1.4. Que comprovem possuir os requisitos de qualificação exigidos nas Condições DA HABILITAÇÃO e cujo objeto social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, especifique atividade compatível com o objeto licitado.

3.1.5. Em obediência ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006, as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), terão preferência de contratação e deverão entregar junto à credencial declaração de enquadramento no regime diferenciado, de acordo com o considerado no art. 3º.

3.1.6. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte participantes do certame deverão declarar sua condição através do Termo de Enquadramento emitido pela Junta Comercial no exercício corrente.

3.1.7. A não entrega da Declaração ou Termo de Enquadramento do subitem anterior indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios da LC 123/2006.

3.1.8. Empresas que estejam legalmente cadastradas na Secretaria Municipal Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itaubal, através da Comissão Permanente de Licitação-CPL/PMI, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas, estabelecidas no ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, de acordo com o art. 22, § 2º da Lei nº 8.666/93.

3.1.9. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições estabelecidas neste Edital.

3.2. **Não poderão participar desta Tomada de Preços às empresas:**

3.2.1. Que não tenham sede no País;

3.2.2. Em consórcio ou cooperativadas;

3.2.3. Suspensas temporariamente de participar em licitações e impedidas do



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 257
28/05/2014

direito de contratar com a Administração Pública Direta, Indireta, Federal, Estadual e Municipal, nos termos do art. 87, inciso III da Lei nº. 8.666/93;

3.2.4. Declaradas inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública, Direta, Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do art. 87, inciso IV da Lei nº. 8.666/93;

3.3. Qualquer manifestação em relação a presente licitação fica condicionada a apresentação de documentos de identificação e Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular, com firma reconhecida em cartório. Em sendo sócio, dirigente, proprietário ou assemelhado deverá apresentar cópia do contrato social e identidade.

3.4. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Itaubal, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico

IV - DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1. Considera-se como representante, qualquer pessoa credenciada pelo licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta;

4.2. Entende-se por documento credencial:

4.2.1. **Contrato social**, quando a pessoa credenciada for sócia da empresa licitante, acompanhado de documentos de identificação e cópia;

4.2.2. **Instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida**, com poderes para que a pessoa credenciada possa representá-

la em qualquer fase desta licitação e com amplos poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente, acompanhado de **Contrato social e** documento de identificação, devidamente reconhecidos em cartório competente ou por membro da comissão devidamente autorizado.

4.3. Cada **credenciado** poderá representar apenas uma empresa **licitante**;

4.4. O documento credencial poderá ser apresentado à **Comissão Permanente de Licitação** no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes "**Documentação**" e "**Proposta**", ou quando esta o exigir;

4.5. A não apresentação do credenciamento não inabilitará o **licitante**, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder em nome da empresa.

4.6. A falsidade das declarações prestadas poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas neste edital, mediante o devido processo legal e implicará, também, na inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ITUBAL
PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 258
RESOLUÇÃO

V - DA HABILITAÇÃO

5.1. A Documentação de Habilitação deverá ser apresentada em envelope opaco, fechado e colado em seu fecho, tendo na parte frontal externa e de maneira bem nítida os dizeres e contendo os documentos listados abaixo:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº.002/2020-CPL/PMI.
ENVELOPE Nº. 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE / Nº. DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.**

5.1.1- A licitante deverá apresentar Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Itaubal, através da Comissão Permanente de Licitação- CPL/PMI, sob pena de inabilitação, conforme item 3.1.8 deste edital.

5.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.1. Cédula de identidade dos sócio e Procurador, caso tenha;

5.2.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

5.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.3.1. Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

5.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes da Fazenda Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser Contratado;

5.3.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, dentro de seus prazos de validade, de acordo com o art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante apresentação de:

5.3.4.1 Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União;

5.3.4.2 Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- Fazenda da sede da empresa;
- 5.3.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- 5.3.5. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com Certidão Negativa de Débito expedida pela Caixa Econômica Federal (CRF).
- 5.3.6. Declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme modelo constante do **Anexo IV**, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da empresa, devidamente identificado, sendo que, se firmado por este último deverá estar acompanhada por instrumento particular ou público de outorga de mandato, **cuja apresentação é obrigatória**.
- 5.3.7. Certidão Simplificada da Junta Comercial da sede da empresa, emitida até 30 (trinta) dias antes da abertura do certame.
- 5.3.8. Alvará de Localização e Funcionamento da sede da licitante.

5.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 5.4.1. **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica.
- 5.4.2. **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício social, o qual deverá ser firmado por Contador ou Técnico em Contabilidade, devidamente habilitado, indicando o seu número de registro perante a Entidade Profissional correspondente, cuja comprovação será por meio da aposição da **Declaração de Habilitação Profissional - DHP**, devidamente dentro da validade, bem como cópia da ata da assembléia que o aprovou, quando se tratar de sociedade por ações. Devidamente registrado e arquivado na respectiva Junta Comercial do Estado do domicílio da licitante, e com o selo de autenticidade do Conselho Regional de Contabilidade, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de três meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93).
- 5.4.3. A comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{ILG} = \text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizáveis a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigíveis a Longo Prazo}} \geq 1,0$$

$$\text{ILC} = \text{ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

- 5.4.4. As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação será considerada inabilitada.



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 260
R

ou superior a **10% (dez por cento)** do valor máximo previsto para a execução da obra, comprovado mediante apresentação de Certidão simplificada da Junta Comercial.

5.4.6. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas deverá vir acompanhado dos **termos de abertura e de encerramento do Livro Diário**, devidamente registrados e assinados por profissional responsável.

5.4.7. Garantia de proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - fiança bancária. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

5.4.8. Se a garantia for apresentada em caução em dinheiro, as empresas não vencedoras poderão retirar assim que for concluído o referido processo licitatório, já a empresa vencedora só poderá retirar quando for emitido o termo de recebimento da obra.

5.4.9. As empresas interessadas na participação deverão realizar o caução de 1% do valor orçado pela Administração, em nome da Prefeitura Municipal de Itaubal - Conta 14.944-6 - Agência 4435-0 - Banco do Brasil.

5.4.10. O comprovante do item 5.4.7 deverá acompanhar a documentação no envelope de habilitação, caso contrário, a empresa será inabilitada.

5.4.11. O comprovante de pagamento da Apolice deverá acompanhar a mesma no envelope de habilitação, caso contrário a licitante será inabilitada.

5.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.5.1. Comprovação de Registro e de Regularidade referente a Pessoa Jurídica e de seu(s) responsável(is) técnico(s) ao presente exercício, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou pelo Conselho de Arquitetura



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 261
28
COMISSÃO

e Urbanismo do domicílio ou sede da empresa;

5.5.2. Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando um profissional habilitado, possuidor de aptidão para a atividade principal (execução da obra objeto deste edital) e para responder tecnicamente pelos serviços previstos no edital (indicando, inclusive, o nome e número de inscrição junto entidade profissional competente), cujo nome virá a constar no Termo de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa à obra em questão;

5.5.3. Comprovação de que o profissional habilitado indicado no tópico 5.5.2 pertence ao quadro de empregados da empresa na data fixada para recebimento dos envelopes desta licitação, através de apresentação cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa ou através de cópia autenticada de contrato Particular de Prestação de Serviços firmado entre o profissional e a empresa licitante, juntamente com ART ou RRT de Cargo e Função do responsável técnico; caso o profissional em questão seja proprietário da empresa, deverá fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social ou contrato social, ou ainda documento equivalente e hábil).

5.5.4. Atestado de Capacidade Técnica – operacional, em nome da empresa licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento e/ou prestação de serviços semelhantes ao desta licitação.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Parcelas de maior relevancia:

Item	CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL
1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19CM (ESPESSURA 9CM) DE PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MAIOR OU IGUAL A 6M ² SEM VÃOS E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA.
2	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS
3	PISO EM CONCRETO 25MPA PREPARO MECANICO, ESPESSURA 10 CM, COM ARMAÇAO EM TELA SOLDADA
4	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ZINCADO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019
5	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS
6	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

5.5.5. capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação Comprovados através de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico, que comprove a experiência prévia em execução de obra.

5.5.6. Serão inabilitadas às empresas que apresentarem atestados de Capacidade Técnica emitidos por Empresas que estejam Declaradas Inidôneas.

5.5.7. A vistoria técnica referente ao local da obra que compõem o objeto desta licitação, será realizada, obrigatoriamente, pelo seu responsável técnico, em conjunto com a Secretaria Municipal de obras e Serviços Públicos, preferencialmente até 03 (tres) dias úteis anteriores a entrega dos envelopes de documentação com o comparecimento na referida Secretaria, localizada na a Av. Laurita Almeida Barbosa - Centro - Itaubal/AP, A/C Sr. Wellington Ferreira, Secretario de Obras e Serviços Públicos, podendo ser solicitado o agendamento pelo email: cplitaubaldopiririm@yahoo.com

5.5.8. Declaração da empresa de que, se vencedora:

- Manterá, na gerência das obras, objeto desta licitação, o Profissional Habilitado indicado de conformidade com o tópico 5.5.2, supra.
- Disporá de pessoal e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação; e



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 263
ATA Nº 01/2016

c) Assumirá inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços;

5.5.9. A licitante deverá apresentar o Atestado de Visita Técnica emitido pela Secretaria Municipal de obras e Serviços Públicos com data preferencialmente de até 03 (três) dias úteis anteriores a entrega dos envelopes de documentação, sendo que a visita deverá ser realizada pelo Responsável Técnico indicado no tópico 5.5.2. Caso contrário, a licitante que não realizar visita técnica deverá fazer uma Declaração que tem conhecimento de todos os procedimentos da execução do contrato.

5.5.10. Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante, conforme modelo constante do Anexo VI.

5.5.11. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

5.5.10 A licitante deverá apresentar consultas conforme determina o art. 44 da Portaria Interministerial nº 424/2016:

a) Extrato/print da tela do computador onde consta a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica no Portal do TCU: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

b) Extrato/print da tela do computador onde consta a consulta no Portal da Transparência - Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União na ala "Detalhamento da Penalidade - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)" <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>

c) Extrato/print da tela do computador onde consta a Consulta ao SICAF: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-b/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>, sendo a Declaração e o CRC

d) Extrato/print da tela do computador onde consta a Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

e) Consulta da situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência.

5.5.11 As informações contidas nos documentos retro citados estarão sujeitas à comprovação mediante diligência, nos termos do art. 43, § 3º da Lei nº. 8.666/93.



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 264
19/08/2015

- 5.5.12 Apresentar Cadastro Técnico federal de atividades potencialmente poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, juntamente com o certificado de regularidade, expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis;
- 5.5.13 Os documentos alecados no item 5.5.10 são obrigatórios, caso a licitante não apresentar, de acordo com o item, será inabilitada.

VI-DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NOS ITENS 5.1 A 5.5.

- 6.1. Os documentos relacionados acima deverão ser apresentados no ato da abertura do processo licitatório, devidamente reconhecidos em cartório competente ou por membro da comissão devidamente autorizado.
- 6.2. As firmas cadastradas que estiverem com certidão ou qualquer outro documento com prazo de validade vencido deverá apresentar os referidos documentos com datas devidamente atualizadas até a data de abertura do envelope relativo à documentação atendendo os dispositivos do item anterior 6.1.
- 6.3. A **Comissão Permanente de Licitação** reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento apresentado em fotocópia, sempre que houver dúvida ou julgar necessário.
- 6.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante e com número do CNPJ e com o endereço respectivo, ou seja, se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo:
- 6.4.1. Serão dispensados da Filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 6.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou de solicitação de documento, em substituição aos requeridos neste **Edital** e seus anexos;

VII - DESQUALIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 7.1. Depois de examinados os documentos apresentados para efeito de habilitação dos licitantes, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências deste ato convocatório;
- 7.2. Sob pena de inabilitação, serão aceitos somente documentos:
- 7.2.1. Em língua portuguesa (permitindo o uso de expressões técnicas de uso comum em outra língua -jargão);
- 7.2.2. Em cópias legíveis e sem rasuras;
- 7.2.3. Cujas datas estejam legíveis e sem rasuras.
- 7.3. Serão considerados **INABILITADOS** os licitantes que não atenderem ao **item V** e subitens deste **Edital**, deixarem de apresentar a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios;
- 7.4. Quando todos os licitantes forem inabilitados, a **Comissão Permanente de Licitação** poderá fixar-lhes o prazo de **08 (oito) dias** úteis para a apresentação de



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



novos documentos escoimados das causas referidas no ato inabilitatório, conforme a Lei 8.666/93.

VIII - DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser apresentada, em uma via, e em envelope opaco, fechado por cola ou lacre, contendo no anverso os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº.002/2020-CPL/PMI.
ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE / Nº. DE INSCRIÇÃO NO CNPJ.

8.2. Ser datilografada ou impressa por processo eletrônico em papel com identificação da empresa, em 01 (uma) via escrita em língua portuguesa, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas, datadas e assinadas por quem tenha poderes de representação.

8.3. Folha de identificação do licitante, contendo: Razão Social, CNPJ/MF, inscrição Distrital/Estadual/Federal, nome do responsável/contato, banco, agência e o número da conta corrente do licitante, para a qual deverá ser emitida a ordem bancária, endereço completo, número de telefone, site da internet e endereço eletrônico (se aplicável);

8.4. Valores unitário, total e global da proposta, obrigatoriamente, expresso em planilhas para cada serviço, e para cada unidade, contendo no mínimo os itens descritos no **Anexo II – Planilha Orçamentária** cotados em moeda nacional (R\$), em algarismo e por extenso sendo que:

8.4.1. Conterá indicação do valor unitário por categoria de serviço englobando todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, para-fiscais ou taxas, discriminado, referindo-se somente a uma unidade de cada item de serviço;

8.4.2. Deverão ser apresentadas as **Composições Unitárias dos itens** constantes na Planilha de Formação de Preços. Bem como a apresentação do cálculo do BDI, **Benefícios e Despesas Indiretas** e cálculo dos **Encargos Sociais**.

8.4.3. Ocorrendo divergência entre os valores, prevalecerão os descritos por extenso. Ocorrendo discordância entre os valores unitário e total, prevalecerá, sempre, o menor valor.

8.4.4. A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de classificação será da exclusiva e total responsabilidade do licitante.

8.4.5. Deverá ser apresentado, **Cronograma Físico e Financeiro**.

8.4.6. Os itens unitários cotados NÃO poderão ser superiores aos valores existentes nas planilhas.

8.5. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data da apresentação das propostas:



PREFEITURA DE ITAUBAL
Nº 266
ACRÉDITO

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 8.6. **Declaração** do licitante de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, para-fiscais ou taxas, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação, anexo VIII;
- 8.7. Especificação de que os prazos de execução dos serviços não serão superiores aos indicados ou aos solicitados neste Edital;
- 8.8. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto ao seu mérito, a proposta apresentada, tanto no que se referem às condições, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais.
- 8.9. Não se admitirá proposta que apresente preço unitário ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 8.10. Os preços deverão ser correntes de mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV da Lei nº. 8.666/93, cujos parâmetros são as cotações de preços efetuadas pela administração na fase do procedimento interno.

IX - DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

- 9.1. No dia, hora e local designados neste Edital, a Comissão Permanente de Licitação receberá os envelopes contendo a "HABILITAÇÃO" e a "PROPOSTA DE PREÇOS", em sessão pública, não se aceitando, em qualquer hipótese, a participação de empresa retardatária, a não ser como ouvinte.
- 9.2. O procedimento iniciar-se-á com a abertura do envelope Nº 01 - HABILITAÇÃO, contendo a documentação de habilitação, a qual será rubricada pelas licitantes presentes e membros da Comissão.
- 9.3. Após a apreciação dos documentos, a Comissão declarará habilitadas as licitantes que apresentarem a documentação na forma indicada neste Edital.
- 9.4. Não havendo impugnações quanto à habilitação, as licitantes poderão, unanimemente, desistir da interposição de recurso, o que constará em ata e em termo próprio, procedendo-se à abertura dos envelopes Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS das licitantes habilitadas.
- 9.5. Não havendo unanimidade quanto à renúncia de recurso, os trabalhos serão suspensos, abrir-se-á prazo recursal e lavrar-se-á ata circunstanciada dos trabalhos até então executados. Nessa hipótese, os envelopes-proposta, devidamente lacrados e rubricados pelos presentes, permanecerão, até que se reabra a sessão, sob a guarda e responsabilidade da Comissão.
- 9.5.1. Será comunicado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, às licitantes habilitadas e às licitantes recorrentes, mediante notificação, a data, hora e local da abertura da sessão para julgamento das propostas.
- 9.6. Será considerada notificada da designação da data, horário e local a que se refere o subitem anterior, independentemente de notificação por escrito, a licitante cujo representante estiver presente à reunião e assim ficar consignado em ata, mediante sua assinatura aposta no referido documento.
- 9.7. Após a abertura dos envelopes-proposta, a Comissão divulgará às licitantes



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

presentes as condições oferecidas pelas participantes habilitadas, sendo as propostas rubricadas pelos representantes credenciados das mesmas e pelos membros da Comissão.

9.8. Para fins de **Adjudicação Global**, no julgamento das propostas será levado em consideração o tipo de licitação **Menor Preço Global**, conforme o art. 45, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/93.

9.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas e depois de obedecido ao disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei 8.666/93, a classificação far-se-á por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

9.10. Encerrada a análise das propostas apresentadas, em conformidade com as exigências contidas neste Edital, a classificação far-se-á pela **ordem crescente**, entre as propostas licitantes em julgamento.

9.11. A omissão, erro ou exclusão de serviços ou quantidades na proposta, ou nos orçamentos discriminados de quaisquer itens contidos no Projeto Básico e demais elementos técnicos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Itaúbal- PMI, não exime a contratada de executá-los dentro do preço proposto.

9.12. No caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o preço unitário, considerando-se duas casas após a vírgula.

9.13. **Serão desclassificadas as propostas que:**

9.13.1. Não atendam às exigências do ato convocatório desta licitação;

9.13.2. Contenham emendas ou rasuras;

9.13.3. Contenham prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias;

9.13.4. Contenham preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, na forma da legislação vigente;

9.13.5. Contenham cotação superior ao preço máximo estabelecido para o serviço;

9.13.6. Estipulem pagamento antecipado ou cotarem na primeira parcela do cronograma físico-financeiro, superior ao valor proposto pela PMI;

9.13.7. Tiverem cotação em moeda estrangeira;

9.13.8. Não contiver informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado;

9.13.9. Omitirem materiais ou serviços, bem como, as marcas dos materiais, com base nas planilhas orçamentárias e nos memoriais descritivos fornecidos pela PMI, ressalvado o que estabelece o presente Edital;

9.13.10. Omitirem informações consideradas essenciais para análise, julgamento e execução do serviço;

9.13.11. Das empresas que estejam inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.14. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos do art.43, § 3º, da Lei nº. 8.666/93.

9.15. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei nº. 8.666/93.

9.16. Depois de vencida a fase recursal, os envelopes-proposta das empresas inabilitadas ficarão à disposição da licitante durante 30 (trinta) dias, findo os quais serão inutilizados, mediante a lavratura de termo próprio.

X - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto do *Convênio nº 327/PCN/2018 (Siconv nº 865265), celebrado entre esse Município e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte*, neste ato fixados em **R\$ 252.500,00 (Duzentos e Cinquenta e Dois Mil e Quinhentos Reais)**, serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

Unidade	Disp. Orçamentária
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	AÇÃO: 15.782.0509.1-0005 NATUREZA: 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações Convênio nº 327/PCN/2018 (Siconv nº 865265), celebrado entre esse Município e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte.

XI - DOS RECURSOS

11.1. Dos atos da Comissão Permanente de Licitação, conforme art. 109 da Lei nº. 8.666/93, cabem:

11.1.1. Recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- habilitação ou inabilitação da licitante;
- juízo das propostas;
- anulação ou revogação da licitação;
- aplicação das penas de advertência, suspensão temporária para licitar ou multa;
- rescisão unilateral do contrato pela Administração;
- aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

11.1.2. Representação no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

11.1.3. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato, no caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



contratar com a Administração;

11.2. A intimação dos atos referidos no subitem 11.1.1, alíneas "a", "b", "c" e "d", excluídos os de advertência e multa de mora, e no subitem 11.1.3 será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata, ou através de ofício;

11.3. O recurso previsto no subitem 11.1.1, alíneas "a" e "b" terá efeito suspensivo;

11.4. Interposto o recurso, este será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

11.5. O recurso será protocolizado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Itaubal-PMI no horário de 08h00min as 12h00min, sendo dirigido a Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade competente, devidamente informado. Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso;

11.6. Não serão considerados os recursos que se basearem em aditamentos ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso;

11.7. As decisões da Comissão Permanente de Licitação somente serão consideradas definitivas, no âmbito administrativo, depois de homologadas pelo Senhor Prefeito Municipal, sem prejuízo do controle jurisdicional sobre os atos da Administração Pública, previsto constitucionalmente, dando-se conhecimento, por escrito, aos interessados;

11.8. O processo terá vista franqueada aos interessados, que deverão, querendo, solicitar através de requerimento encaminhado à Comissão cópia das peças do processo necessárias à argumentação de seus respectivos recursos, vedada a retirada dos autos do processo no âmbito desta Comissão Permanente de Licitação;

11.9. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.

11.10. O licitante deverá, de preferência, comunicar à Comissão Permanente de Licitação, do recurso interposto, logo após ter sido protocolado na PMI.

XII - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A homologação desta **Tomada de Preços** e à adjudicação do seu objeto somente será efetivada após a decisão classificatória, esgotados os prazos dos recursos administrativos.

12.2. O julgamento e as respectivas classificações das propostas serão submetidos à apreciação e homologação do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal.

12.3. Homologada esta licitação, seu objeto será contratado com a firma licitante adjudicada;



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



12.4. No caso em que o adjudicatário venha a decair do direito a contratação do objeto desta licitação, a PMI poderá revogar a licitação ou convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação.

XIII – DAS PENALIDADES

13.1. As empresas que deixarem de cumprir as condições estabelecidas no Edital e na proposta apresentada ou fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interessados da PMI sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, seção II, art. 86, 87, 88 da Lei 8.666/93, ficará sujeito as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa

b.1. compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do serviço, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do serviço, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

b.3) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.2. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XIV – DA CONTRATAÇÃO

14. 1. Fica estabelecido que, com a empresa vencedora seja celebrado contrato, que deverá ser assinado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº. 8.666/93.

14.2. O contrato, atendendo as disposições de ordem legal que regem a matéria, conterà, ainda, fundamental e obrigatoriamente em suas cláusulas, como base, as normas gerais desta licitação.

14.2.1. Constam no ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO, as condições e os demais elementos necessários à execução da obra, tais como: valor, prazos,



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



condições de pagamento, condições de recebimento dos serviços, responsabilidades das partes, garantia, sanções e tudo o mais relacionado com o objeto da contratação, de acordo com os requisitos legais do artigo 55, da Lei Federal nº 8.666/1993.

14.3. O **prazo de execução** contratual será contado em dias consecutivos a partir do dia seguinte da Ordem de Serviço e deverão ser executados e concluídos dentro do prazo de até 180 (Cento e oitenta) dias.

14.4. O **prazo de vigência** contratual será de até 210 (Duzentos e dez) dias podendo ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior na forma prevista no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores

14.5. As alterações contratuais, se houver, serão formalizadas por Termos Aditivos, numerados em ordem crescente, sendo-lhes exigidas as mesmas formalidades

do contrato originalmente elaborado, inclusive quanto a parecer jurídico, atualização da documentação de habilitação e garantia de contrato.

14. 4. Caso a proponente, declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato respectivo, dentro do prazo de validade da proposta, poderá a PMI, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado se, alternativamente, a PMI não preferir revogar a presente licitação.

XV – DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

15.1. A obra contratada através da presente licitação será realizada na forma de execução indireta no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

15.2. O prazo máximo para execução do objeto da presente licitação será de 180 (cento e oitenta) dias

15.3. A execução deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados nesta licitação, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se apresentadas por escrito e aprovadas pela PMI, conforme determinações legais.

15.4. O(s) atraso(s) na execução dos serviços, nos prazos de início e conclusão da obra, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos, de força maior ou de fatos de responsabilidade desta PMI, desde que comprovados na época oportuna.

15.5. Na ocorrência de tais fatos ou casos de pedidos de prorrogação referente ao prazo inicial, serão encaminhados por escrito a PMI, um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias úteis antes de findar o prazo e, em ambos os casos, com justificativa circunstanciada.

15.6. Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela contratada, bem como, todos os custos de aquisição e transporte. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- **ABNT**.



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



XVI - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

16.1. À Prefeitura Municipal de Itaúbal caberá aplicar ao contratado, total ou parcialmente, as sanções previstas no Art. 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93 e suas alterações, bem assim quaisquer outros dispositivos legais, garantindo-se amplo direito de defesa. Caberá também a PMI aplicar as sanções previstas em Lei, ao adjudicatário que se recusar injustificadamente em assinar o contrato, aceitar ou rejeitar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido.

XVII - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento processar-se-á em conformidade com a minuta contratual em anexo.
- 17.2. O pagamento deverá ser efetuado através da Secretaria Municipal de Finanças, mediante apresentação de Nota Fiscal, emitida em Reais, devidamente atestada por pessoa designada pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para esse fim, por meio de crédito bancário em conta corrente do contratado, sendo que a primeira parcela não superior ao determinado no Cronograma Físico-Financeiro da obra, mediante apresentação do Boletim de Medição dos Serviços Executado e contratado, obedecendo ao Cronograma Físico-Financeiro estabelecido para os referidos serviços no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 17.3. Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado ou fracionado do valor de cada parcela contratual de acordo com o cronograma físico-financeiro, salvo pequenas compensações de materiais e serviços executados, mantido o preço final da parcela.
- 17.4. Se ocorrerem aditivos que incluam acréscimo de valores e quantidades dos serviços e materiais, a proponente deverá readequar este aditivo ao cronograma físico-financeiro original, e rerepresentá-lo com as devidas alterações.
- 17.5. O novo cronograma físico-financeiro deverá acompanhar a solicitação de aditivo.
- 17.6. As faturas, a partir da segunda parcela, deverão vir acompanhadas dos comprovantes de recolhimento do FGTS, INSS e folha de pagamento do pessoal da obra, relativos ao mês imediatamente anterior, observadas as definições das cláusulas da minuta contratual em anexo.

XVIII - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1. Os objetos desta licitação serão fiscalizados e recebidos de acordo com o disposto no art. 69; art. 73, inciso I e art. 76 da Lei nº. 8.666/93.
- 18.2. O objeto deverá atender rigorosamente, as especificações estabelecidas nesta Tomada de Preços e na proposta vencedora.
- 18.3. A fiscalização dos serviços executados será de competência e



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



responsabilidade exclusiva da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou a quem esta designar, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, as especificações e demais requisitos, bem como, autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como, participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

18.4. A fiscalização se efetivará no local da obra pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou por profissionais designados pela mesma.

18.5. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra, sendo exercida no interesse exclusivo da PMI e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

18.6. O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra, será o DIÁRIO DE OBRAS, fornecido pela empresa, onde tanto a contratada quanto a fiscalização

deverão proceder a anotações diárias, visando a comprovação real do andamento da obra e execução dos termos do contrato, sendo visado diariamente por profissionais credenciados de ambas as partes. O DIÁRIO DE OBRAS deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa iniciar os serviços.

18.7. A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer empregado da contratada ou de seus contratados no interesse dos serviços.

18.8. Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização ou pelo responsável pelo seu acompanhamento, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

18.9. A contratada fica obrigada a manter a obra em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

18.10. Decorrido o prazo do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificados forem executados e aceitos pela PMI, e comprovado o pagamento da contribuição devida à previdência social relativa ao período de execução da obra, mediante a apresentação do Certificado de quitação do INSS e comprovante do FGTS, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

18.11. A contratada, executado o objeto contratual, responderá pela solidez e segurança da obra, durante o prazo de 5 (cinco) anos, em conformidade com o art. 618 do Código Civil Brasileiro de 2002.



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



XIX – DO REAJUSTE

19.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

- O índice de reajuste será o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - INCC, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica;
- A data base adotada será MÊS/ANO
- Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times V$$

R - Valor do reajustamento calculado;

V - Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados;

I - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);

I₀ - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente à data base.

XX – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

20.1. Cabe ao Contratante:

- definição precisa do objeto desta licitação, caracterizado por projetos básico/executivo complementares, especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento das faturas em dia; tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato, ou de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, em conformidade com o art. 21, I, da Lei 8.666/93.

XXI – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

21.1 - Cabe à Contratada:

- Contactar com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, no local da obra, os detalhes da execução;
- manter na obra, em tempo integral, uma equipe de operários na quantidade necessária ao cumprimento do cronograma físico proposto, além de, no mínimo, um mestre de obras de comprovada experiência, todos devidamente qualificados;
- assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de equipamentos, materiais, mão-de-obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como, quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados à



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Itaubal - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos ou a terceiros;

- d) implantar na obra, a sinalização de acordo com as normas vigentes;
- e) não subcontratar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto, permitido fazê-lo parcialmente, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais;
- f) comunicar os serviços optados pela sub-contratação à fiscalização da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, apresentando a relação dos serviços sub-contratados e as empresas que irão executá-los;
- g) especificar no Diário de Obras, os serviços inerentes à Contratada e a(s) Sub-contratada(s), bem como, os respectivos números de empregados utilizados;
- h) retirar qualquer empregado que não corresponder à confiança ou que perturbar a ação da Fiscalização, até 24 (vinte e quatro) horas após receber a notificação;
- i) retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação, todo material rejeitado pela Fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito, mantendo a obra limpa diariamente;
- l) cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança, Saúde e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem na obra;
- m) providenciar as suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como, os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;
- n) facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão realizadas pelos técnicos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, fornecendo todas as informações e elementos necessários;
- o) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do serviço.

XXII - DA GARANTIA

22.1. O licitante vencedor terá o prazo de 20(vinte) dias após a emissão da ordem de Serviços para apresentar a Prefeitura Municipal de Itaubal, seguro de 5% do valor do contrato, conforme art. 56 da lei 8.666/93.

Art. 56. A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



O Licitante VENCEDOR

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (Redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - fiança bancária. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94)

§ 2º A garantia a que se refere o caput deste artigo não excederá a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XXIII- DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

23.1. Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, conforme art. 41, § 1º, da Lei nº. 8.666/93;

23.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até 02 (dois) dias úteis que anteceder abertura dos envelopes de habilitação licitação conforme determina o Art. 41, § 2º, da Lei 8666/93;

23.3. Caberá a Comissão Permanente de Licitação decidir sobre a petição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

23.4. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

23.5. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por representante não habilitado na forma da lei para responder pela empresa.

23.6. A impugnação feita tempestivamente por pretense licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

23.7. Na contagem dos prazos será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, prorrogando-o automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em data em que não haja expediente na **PMI**.

23.8. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



procedimento licitatório, ressalvado o direito do já Contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da obrigação.

23.9. Os recursos e impugnações ao **Edital** deverão ser manifestados por escrito, protocolados o original, mediante recebimento na 2ª (segunda) via, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Itaúbal, localizado na Av. Laurita Almeida Barbosa - Centro - Itaúbal/AP, no horário de 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

XXIV - ABERTURA E JULGAMENTO

24.1 - A Licitação será processada e julgada de conformidade com o Art.43 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes, com a observância dos procedimentos abaixo, sendo determinado, desde logo, que a Comissão Permanente de Licitação se reserva o direito de, em qualquer fase da licitação, suspender a reunião para promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, designando, na ocasião, nova data para divulgação dos resultados auferidos e prosseguimento do certame, independente de qualquer outra intimação. A designação de nova data deverá constar em Ata da reunião.

24.2 - O representante da proponente deverá apresentar-se, com documento de identidade e, caso de não ser sócio ou titular da empresa, com procuração outorgando poderes de representação no certame licitatório, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual comprove, expressamente, deter poderes para a devida outorga;

24.3 - Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste edital serão transferidas automaticamente para o primeiro dia útil ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado, independente de notificação ao interessado;

24.4 - Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso pelos interessados, suspendendo-se o certame até seu julgamento;

24.5 - A Comissão poderá suspender a sessão sempre que julgue necessário analisar os documentos e propostas oferecidas pelo licitante, objetivando confirmar as informações prestadas.

24.6 - Na hipótese prevista no subitem anterior, os documentos e os envelopes contendo as propostas, serão rubricados pelos participantes presentes e pelos membros da Comissão, ficando sob sua guarda para abertura em outra sessão a ser indicada na Ata de reunião.

24.7 - A licitação seguirá o curso de julgamento com as seguintes observâncias:

24.7.1 - Recebimento dos envelopes DA HABILITAÇÃO (DOCUMENTAÇÃO) e DA PROPOSTA das empresas licitantes;

24.7.2 - Abertura dos envelopes DA HABILITAÇÃO (documentação) e sua apreciação;



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



24.7.3 - Devolução do envelope DA PROPOSTA, fechados, aos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após o seu julgamento;

24.7.4 - Abertura dos envelopes DA PROPOSTA dos licitantes habilitados, desde que transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos;

24.8 - Julgamento, com a classificação das propostas, que será conhecida através de Edital.

Classificatório;

24.9 - No julgamento das propostas para efeito de adjudicação do objeto desta licitação, a Comissão Permanente de Licitação levará em consideração as disposições contidas nesta Tomada de Preços, declarando vencedora a proponente que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL;

24.10 - No caso de empate entre uma ou mais propostas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público para o qual todos os licitantes serão convocados;

24.11 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, que atenderem as exigências contidas nesta licitação. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE sejam iguais ou superiores em até dez por cento (10%) à de menor valor por item;

24.12 - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto;

24.13 - Ocorrendo empate conforme preceitua o subitem 24.11, proceder-se-á da seguinte forma:

24.13.1 - A MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE detentora da proposta de menor valor poderá apresentar nova proposta inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame;

24.13.2 - Se a MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE convocada na forma do subitem imediatamente anterior, não apresentar nova proposta inferior a de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE remanescentes, que se enquadrarem na hipótese desta licitação, a apresentação de nova proposta;

24.13.3 - Se houver duas (2) ou mais MICROEMPRESAS e/ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão convocadas para a apresentação de nova proposta;

24.14 - Se nenhuma MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE satisfizer as exigências contidas no subitem 24.13 desta licitação, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



originalmente de menor preço;

24.15 - O disposto nos subitens 24.13.1 a 24.14 desta licitação, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por MICROEMPRESA ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que satisfaça as exigências desta Tomada de Preços;

24.16 - A abertura dos envelopes "DA HABILITAÇÃO" e " DA PROPOSTA" será realizada sempre em ato público, previamente designado do qual se lavrará ata circunstanciada e assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura de Itaúbal-AP;

24.17 - CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

- a. Para participar da licitação na condição de MICROEMPRESA e/ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE a licitante deverá apresentar DECLARAÇÃO de sua situação para fins do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 e LC 155/2016. A DECLARAÇÃO deverá estar assinada pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, deverá estar consignado não estarem inseridos nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do artigo 3º da citada Lei Complementar;
- b. A MICROEMPRESA e a EMPRESA DE PEQUENO PORTE que participar da licitação e possuir restrição em qualquer dos documentos de REGULARIDADE FISCAL e REGULARIDADE TRABALHISTA, terá a sua documentação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade em cinco (5) dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame, podendo tal prazo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério da Comissão de Licitação Permanente da PMI desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo;
- c. O benefício de que trata a alínea "b" não eximirá a MICROEMPRESA e a EMPRESA DE PEQUENO PORTE da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição;
- d. A não regularização da documentação, no prazo fixado na alínea "b", implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado a PREFEITURA MUNICIPAL ITAUBAL/AP convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;
- e. Os documentos necessários à HABILITAÇÃO poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidores da unidade que realiza a licitação.

XXV- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A critério da Prefeitura Municipal de Itaúbal a presente licitação poderá ser:

25.1.1. adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

25.1.2. revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

25.1.3. anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que haja qualquer ressarcimento à licitante ou;

25.1.4. ter as quantidades do seu objeto diminuídas ou aumentadas, observando-se os limites previstos no parágrafo 1º do Art. 65, da Lei 8.666/93, republicada em 06/07/94;

25.2. A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação;

25.3. A licitante que efetivamente participará do certame em epígrafe, deverá, obrigatoriamente, apresentar à Comissão Permanente de Licitação para protocolo, o seguro garantia de proposta junto com o comprovante de pagamento, na modalidade escolhida, em até 03 (três) úteis antes da abertura do certame, sob pena de inabilitação.

25.4. Tal exigência no item 24.3 se justifica pela necessidade de se estabelecer procedimentos de segurança quanto à contaminação do novo Coronavírus.

25.5. A Administração adotará medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus, uma vez que, se até a data de abertura das propostas ainda permanecer as orientações, entre elas Leis e Decretos, que determinam o isolamento social e a não aglomeração de pessoas.

25.6. Recomendamos que, de acordo com os procedimentos e ações voltadas para o novo coronavírus, onde as Leis e Decretos, a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde e os Órgãos de Vigilância em Saúde, voltadas para o enfrentamento do COVID-19, orientam o isolamento social e a não aglomeração, e em cumprimento as medidas de prevenção, estabelecemos que fica vedado: a presença, na sessão, de representantes das empresas pertencentes ao grupo de risco;

25.7. Para as medidas de prevenção ao COVID-19, terá disponibilização de máscaras, luvas e álcool gel (70º INPM) para todos os presentes; a organização do recinto com afastamento mínimo de 1 (um) a 2 (dois) metros de distância entre os presentes; intensificação da higienização das áreas de acesso à sala onde as sessões ocorrerão, além de higienização do próprio recinto, com especial atenção às superfícies mais tocadas (maçanetas, mesas, cadeiras, corrimões, etc.); dentre outras.

25.8. Para cumprimento às medidas de prevenção e combate ao novo coronavírus estabelecemos que a qualquer momento, as equipes de Vigilância em Saúde poderão monitorar, orientar e fiscalizar os procedimentos adotados para a realização deste certame.

25.9. Até a data de abertura do certame, se ainda permanecer as orientações da OMS, do Ministério da Saúde, do Estado e Município, dos órgãos de Controle e dos órgãos de Vigilância Sanitária e Vigilância em



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Saúde, sobre o combate e prevenção ao novo coronavírus, evitando aglomerações, o procedimento de credenciamento se dará, dependendo do número de licitantes, será dividido de 03 em 03 ou 05 em 05 para evitar aglomeração e cumprir o distanciamento entre as pessoas, conforme ordem de chegada para adentrar a sala da sessão e todos terão acesso as documentações.,

25.10. Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

25.11. Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas na presente Tomada de Preços e submissão às normas nela contidas;

25.12. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, que decidirá com base na legislação em vigor;

25.13. No interesse da Administração, a Comissão poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do certame licitatório.

25.14. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Ferreira Gomes-AP para dirimir eventuais pendências oriundas da presente licitação.

25.15. Melhores informações ou esclarecimentos sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto à Prefeitura Municipal de Itaubal - Comissão Permanente de Licitação, na Av. Laurita de Almeida Barbosa - Centro - Itaubal/AP ou no email: cplitaubaldopiririm@yahoo.com, no horário de 8h00min às 12h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

25.16. É de responsabilidade exclusiva do licitante o acompanhamento dos atos deste procedimento por meio do Diários Oficiais e do site: <https://itaubal.ap.gov.br>

25.17. Fazem parte integrante deste EDITAL para todos os fins e efeitos, os seguintes ANEXOS:

Anexo I - Projeto Básico

Anexo II - Planilha Orçamentária

Anexo III - Cronograma Físico-Financeiro

Anexo IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos (IN/MARE Nº 5)

Anexo V - Declaração de Visita Técnica

Anexo VI - Declaração de que não emprega menor (inc. XXXIII do art. 7º da CF/88)



ESTADO DO AMAPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Anexo VII - Declaração exigida no item 8.6

Anexo VIII- Minuta de Contrato

Itaubal/AP, 05 de agosto de 2020.

Francisco Leite do Santos
Presidente CPL/PMI
Decreto nº 091/2020-GAB/PMI



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020-CPL/PMI

ANEXO I

PROJETO BÁSICO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020-CPL/PMI

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020-CPL/PMI

ANEXO III

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
E DEMAIS ANEXOS**



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020-CPL/PMI

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

(empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ/MF, sob o n.º _____ com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, infra assinado, portador (a) da Carteira de _____, expedida _____ e do Cadastro da Pessoa Identidade n.º _____ pela Física, CPF/MF sob o n.º _____, DECLARA expressamente que até a presente data inexistem fatos supervenientes e impeditivos da habilitação por ocasião da participação da Tomada de Preços n.º 002/2020-CPL/PMI.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020-CPL/PMI

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ/MF, sob o n.º _____ com sede na _____ (endereço completo), por seu representante legal, Responsável Técnico abaixo qualificado, e por meio deste Termo, declara que realizou Visita Técnica para tomar conhecimento de todas as características relativas aos serviços objetos da Tomada de Preços Nº. 002/2020-CPL/PMI, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GARAGEM MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL**, através do Convênio nº 327/PCN/2018 (Siconv nº 865265), celebrado entre o Município de Itaubal e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte, conforme especificações constantes do Projeto Básico/Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico- Financeiro e Projetos de Engenharia., nos termos e condições do Edital e Anexos, estando cientes do grau de dificuldade, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações.

Cidade-UF, Data

Responsável Técnico:
NOME COMPLETO:
CARIMBO E ASSINATURA

Representante da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
NOME COMPLETO:
CARIMBO E ASSINATURA



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020-CPL/PMI

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA INFANTIL

(empresa), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ/MF, sob o n.º _____ com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) infra-assinado, portador (a) da Carteira de Identidade n.º ____, expedida pela e do Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º ____, por ocasião da participação da Tomada de Preços n.º 002/2020-CPL/PMI, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto n. 4.358, de 05 de setembro de 2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição federal de 1998: ()SIM.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020-CPL/PMI

DECLARAÇÃO EXIGIDA NO ITEM 8.6

Declaramos que o preço indicado na proposta, acrescido do B.D.I, compreende todas as despesas concernentes à execução das obras e serviços licitados, materiais, transportes e mão-de-obra necessários, bem como de todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguros, despesas com Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), taxas e outras despesas, de quaisquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020-CPL/PMI

MINUTA DO CONTRATO Nº __/2020/PMI

CONTRATO Nº 0XX/20XX-PMI, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL -PMI e DE OUTRO, A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.

Pelo presente instrumento, e nos melhores termos de direito, os no fim assinados como outorgantes e reciprocamente outorgados de um lado, como **CONTRATANTE, PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ (MF) 34.925.198/0001-36, representado por seu prefeito, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Brasileiro, Solteiro, CPF nº. xxxxxxxxx e CI/RG nº. xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado nesta cidade de Itaubal-AP na xxxxxxxxxxxxxxxx e de outro lado como **CONTRATADA** a empresa, XXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, com sede a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX nº XX Bairro XXXXXXXX CIDADE CEP XXXXXXXX, neste ato legalmente representado pelo Sr(a).xxxxxxxxxxxxx, xxxxxxxx, xxxxxxxx, xxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº xxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução contratual, de acordo com a legislação vigente, resultante do procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 001/2020/CPL/PMI**, conforme processo administrativo nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS:

1.1. O presente contrato fundamenta-se nos dispositivos legais da Constituição Federal de 1988, as Leis nºs 4.320/64, 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei 123/06 e Lei 147/2014 e no Edital de Licitação na Modalidade **Tomada de Preços nº 002/2020-CPL/PMI**, autorizado no **Processo Administrativo nº XXXXXXXXXX**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GARAGEM MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE ITAUBAL, através do Convênio nº 327/PCN/2018 (Siconv nº 865265), celebrado entre o Município de Itaubal e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte, registrado sobre o Processo Administrativo nº 1004.0389/2020-PMI, sob o regime de execução indireta, "empregada por preço global", conforme projeto básico, planilha de formação de preços anexas a este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

3.1. O objeto deste contrato será executado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias. O prazo para início dos trabalhos será imediato, contados a partir do dia seguinte da entrega da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela PMI, com base nas especificações técnicas, sem qualquer ônus adicional a avença.

3.2. O Prazo de Vigência do Contrato será de 210 (duzentos e dez) dias iniciando-se sua contagem no dia seguinte à sua assinatura.

3.2.1. O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior na forma prevista no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto do **Convênio nº 327/2018 (SICONV865265)**, neste ato fixados em **R\$ 252.500,00 (Duzentos e Cinquenta e Dois Mil e Quinhentos Reais)**, serão alocados de acordo o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

Unidade	Desp. Orçamentária
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	AÇÃO: 15.782.0509.1-0005 NATUREZA: 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações Convênio nº 327/PCN/2018 (Siconv nº 865265), celebrado entre esse Município e o Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte.

4.2. Nos exercícios durante a vigência do contrato, as despesas respectivas serão empenhadas em relação a parte a ser executada, indicando-se os créditos e despachos para a sua cobertura em termos aditivos a serem então lavrados pelo Departamento de Planejamento e Orçamento, com análise da Assessoria Jurídica.

CLÁUSULA QUINTA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO:

5.1. Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, a



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONTRATADA prestará garantia de 5% do valor deste contrato até o 20(vigesimo) dia após a emissão da ordem de serviço, que integra o presente instrumento.

5.2. A restituição dos valores caucionados ocorrerá na forma e segundo os procedimentos previstos na Lei n. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será efetuado conforme cronograma de desembolso físico-financeiro previsto no projeto e de acordo com o levantamento dos serviços executados e atestados pela fiscalização da Contratante.

6.2. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos Órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

6.3. A Contratada deverá apresentar atualizado para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;

II - A prova de regularidade com Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e Seguridade Social, realizada através da Certidão Conjunta Negativa ou da Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa;

III - Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES:

7.1 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1.1. A Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se:

- a) pagar o valor da cláusula "**DA DOTAÇÃO E DO VALOR**" deste instrumento e em outras que forem aplicáveis;
- b) exercer por intermédio de pessoal legalmente credenciado, a fiscalização sobre a execução dos serviços, em toda sua amplitude;
- c) avaliar e aprovar previamente os orçamentos dos serviços solicitados à Contratada;
- d) fornecer à Contratada os demais elementos indispensáveis à plena execução deste contrato.

7.2 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.2.1. Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a CONTRATADA a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

- a) executar fielmente os serviços contratados, de acordo com o disposto neste instrumento e em outras normas legais que regem a matéria objeto



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

desta avença;

- b) promover a execução do objeto do contrato, de acordo com as especificações técnicas, e em obediência ao **Tomada de Preços nº 001/2020 – CPL/PMI**, fornecido pela Contratante;
- c) a eficiência é de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, fazendo a reconstrução de todos os danos e avarias causados nos serviços já realizados;
- d) a **CONTRATADA** obrigará-se a retirar do local dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, todo e qualquer material impugnado pela **Fiscalização**
- e) a guarda e vigilância dos materiais necessários a obra são de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- f) a empresa é obrigada a inspecionar a área onde são executados os serviços, não podendo sobre nenhum pretexto, argumentar desconhecimento dos serviços a serem realizados e as condições para realizá-los;
- g) qualquer funcionário da **CONTRATADA**, ou qualquer sub-contratada que, na opinião da **Fiscalização** não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou venha a desrespeitar ou negar a dar quaisquer informações sobre os serviços, deverá mediante solicitação por escrito da **Fiscalização**, ser afastado imediatamente da obra pela **CONTRATADA**;
- h) as construções provisórias para depósito de material, do alojamento para operário de acordo com a necessidade de serviços são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, não cabendo a **CONTRATANTE**, nenhuma obrigação de indenizar estas construções depois dos serviços realizados;
- i) antes de serem iniciados os serviços, a **CONTRATADA** concentrará no local, todos os meios necessários, tais como: materiais, instrumentos e ferramentas para que, iniciados os serviços possam prosseguir sem atrasos nem interrupções;
- j) a **CONTRATADA** providenciará a remoção dos materiais resultantes da demolição para o local pré-determinado pela fiscalização;
- k) a **CONTRATADA** é obrigada a manter constantemente na área dos trabalhos, um **diário de ocorrências**, no qual a **Fiscalização** da PMI e/ou encarregado dos serviços, anotar toda e qualquer alteração ou ocorrência. Não serão tomadas em consideração, pela **CONTRATANTE**, quaisquer reclamações decorrentes de entendimentos verbais;
- l) os serviços constantes no **Projeto Básico/Especificações Técnicas**, se contratados, ficará a empresa **CONTRATADA** na obrigação de registrar o contrato ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia-**CREA/AP** ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo-**CAU/AP**, para cumprimento do valor das atribuições de competência daquele Conselho. O não cumprimento deste item acarretará o não recebimento do valor da primeira fatura constante do contrato.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLAUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

- 8.1. Todos os serviços constantes neste contrato serão fiscalizados por servidor ou comissão de servidores da CONTRATANTE, doravante denominada Fiscalização, que terão autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.
- 8.2. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:
- I - solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;
 - II - acompanhar a execução contratual, atestar mensalmente seu recebimento definitivo e indicar a ocorrência de indisponibilidade dos serviços contratados;
 - III - ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.
- 8.3. A ação da Fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 9.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, o objeto deste contrato será recebido:
- I - **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
 - II - **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis.
- 9.2. O serviço executado em desacordo com o estipulado neste instrumento e na proposta da Contratada será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso.
- 9.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou este instrumento.
- 9.4. O prazo de garantia dos serviços será 05 (cinco) anos, contados a partir do Termo de Aceitação Definitivo dos serviços, conforme *caput* do art. 618 do Código Civil de 2002, ou seja, recebida a obra, durante 5 (cinco) anos o construtor responde por vícios de solidez ou segurança (rachaduras, infiltrações, vazamentos, etc)..



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA:

10.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Contratante, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do serviço, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b) moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do serviço, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

c) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.2. A interrupção da prestação dos serviços por prazo superior a 2 (dois) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula.

10.3. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, e a solicitação dilatatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

10.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

10.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados e a aceitação da justificativa ficará a critério da Contratante.

10.6. Sempre que não houver prejuízo para a Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

10.7. A aplicação das penalidades será procedida da concessão da



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA:

11.1. A Contratada declara, no ato da celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na cláusula quinta deste instrumento.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO:

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas, nos seguintes casos:

12.1.1. Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos no artigo 65 da Lei de Licitações.

12.2. No interesse da Administração, o valor inicial da obra, objeto deste Contrato, poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

12.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários; e nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

12.4. Em caso de supressão da obra, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EFICÁCIA:

13.1. A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante, nos termos do Parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL

CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA RESCISÃO:

14.1. Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as conseqüências do artigo 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DO REAJUSTE DE PREÇOS:

15.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

a) O índice de reajuste será o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - INCC, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica;

b) A data base adotada será MÊS/ANO

c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R - Valor do reajustamento calculado;

V - Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados;

I - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);

I₀ - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente à data base.

15.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da CONTRATADA conforme cronograma físico aprovado pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE.

15.3. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

15.4. Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no *caput* desta Cláusula, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro

b) Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

15.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. A Administração analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

16.2. Para os casos previstos no caput desta cláusula, a Contratante poderá atribuir a uma comissão, por esta designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

16.3. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas "Disposições Finais".

16.4. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas, com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

16.5. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA - DO FÓRUM:

17.1. Fica eleito o Fórum da Comarca de Ferreira Gomes/AP, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) **TESTEMUNHAS**, também no fim assinadas, para um só efeito legal.

Itaubal-AP, ... de..... de 2020.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAUBAL
CNPJ (MF) Nº 34.925.214/0001-90
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Jose Serafím Picanço Filho
Prefeito Municipal de Itaúbal
CONTRATANTE

CNPJ:
CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ CPF: _____
2. _____ CPF: _____